



**PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL DE COMBATE ÀS
QUEIMADAS ILEGAIS EM TERRAS INDÍGENAS DA
AMAZÔNIA BRASILEIRA (PACQ-COIAB)**

Setembro/2020

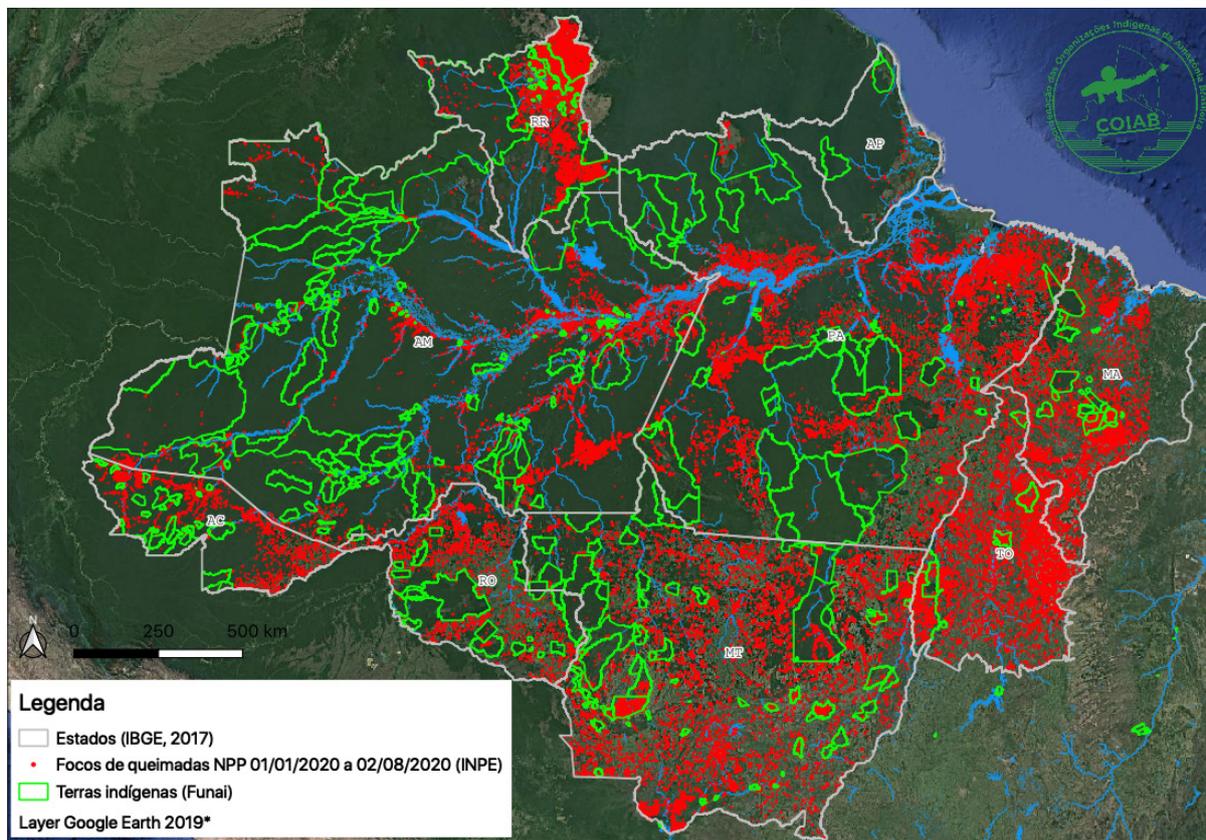
INTRODUÇÃO



Terra Indígena Parque do Araguaia, no Tocantins, (setembro de 2020)

Os povos indígenas da Amazônia brasileira estão em vulnerabilidade devido ao avanço de atividades ilegais que excluem a biodiversidade e contaminam as águas dos nossos respectivos territórios. São inúmeros exemplos que evidenciam essas situações, sendo os mais comuns e mais citados o garimpo, a extração de madeira, o desmatamento e as queimadas.

As queimadas têm relação com as atividades que foram citadas por facilitar a abertura de trilhas, limpar áreas previamente desmatadas, afugentar animais para favorecer a caça e, por fim, iluminar e cozinhar em acampamentos de garimpo. Este tipo de fogo, o ilegal e “ruim”, é responsável pela devastação das terras indígenas, pela poluição do ar, empobrecimento dos solos e aumento de problemas de saúde entre os indígenas, como as doenças respiratórias e cardiovasculares. Quando no período de seca, especialmente prolongado ou seca extrema, todos estes impactos são agravados com altas taxas de mortalidade da fauna e flora (Marlon et al., 2008; Alencar et al.; 2015; Aragão, 2008; e Daldegan et al., 2014).



Mapa elaborado pela COIAB (2020)

Ano passado, as queimadas na Amazônia brasileira aumentaram em 25% as internações hospitalares dos idosos indígenas, de acordo com estudo divulgado pelo Instituto Socioambiental (ISA) (G1, 2020). Este mesmo estudo sugere, para 2020, que este índice pode ser maior devido à COVID-19 e ao aumento do desmatamento.

Com a necessidade de combater todos estes problemas oriundos das queimadas ilegais e não tradicionais, o Brasil adotou políticas e leis proibitivas ao uso do fogo, criou políticas de proteção, assumiu compromissos internacionais para reduzir a quantidade de emissão de poluentes (Durigan e Ratter, 2016) e criou sistema de contratação de brigadas com atuação focada em algumas terras indígenas. Ainda assim, em 2019, nossos territórios foram devastados e a gravidade se estendeu para 2020.

Parte dessa problemática é histórica, sim; todavia, nos últimos dois anos houve uma piora em razão do desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai) e dos órgãos ambientais, o que resultou na redução de atividades fiscalizatórias, aumento de atividades ilícitas na Amazônia, paralisação da demarcação das terras indígenas e aumento discrepante das taxas de queimadas. Além disto, houve a explosão de políticas anti-indígenas e veiculação de notícias falsas e acusatórias por parte do governo brasileiro sobre os povos, afirmando que estes são responsáveis pelas queimadas (Jornal o Tempo, 2020).



Com o apoio da COIAB, brigadistas indígenas na TI Kraho-Kanela, no Tocantins, atuam prevenindo incêndios

A luta pela preservação dos nossos direitos e conquistas está muito mais desafiadora e difícil, sobretudo, nessa atual situação de enfrentamento e vulnerabilidade à COVID-19 que pode ser agravada em razão da piora do quadro clínico de nossos parentes já com a doença, caso expostos a fumaça e fuligem. Já estamos atuando exclusivamente para reduzir o impacto desta doença entre nós, mas precisamos seguir na defesa dos nossos territórios contra a exploração e as queimadas.

Em 2019, instigada pela situação emergencial de queimadas em Terras Indígenas, a COIAB fez diagnósticos da situação de fogo nas terras, lançou uma campanha e articulou apoio para contribuir no combate aos focos de queimadas nas Terras Indígenas na Amazônia. Com isso, foram mobilizados recursos para as brigadas que atuaram junto aos povos Xerente, Krahô, Apinajé e Karajá, no estado do Tocantins; ao povo Uru-Eu-Wau-Wau, no estado de Rondônia; e para os guardiões da floresta da Terra Indígena Araribóia, no Maranhão e sul do Amazonas.



Terra Indígena Tereza Cristina, do povo Bororo, no Mato Grosso (setembro 2020)

Este ano, antevendo um quadro mais preocupante em relação ao ano passado, iniciamos as ações no começo da temporada da seca, com o apoio para alguns territórios indígenas. As atividades, contudo, ainda são incipientes dada a abrangência dos nossos territórios, o aumento de alarmes de desmatamento, a epidemia da COVID-19 entre os povos, e a criação de políticas que são excludentes e que estão voltadas para a iniciativa privada.

Neste período de estiagem de 2020 de grande parte da Amazônia (de junho a novembro) e para o período do manejo cultural e institucional do fogo de Roraima (novembro de 2020 a março de 2021), a COIAB pretende continuar apoiando, através deste PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL DE COMBATE ÀS QUEIMADAS ILEGAIS EM TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (PACQ-COIAB), as ações para redução e incidência de queimadas em terras indígenas, nos períodos secos da Amazônia Centro-Sul (Amazônia CS) e da Amazônia do estado de Roraima (Amazônia RR).

A COIAB



XII Assembléia da COIAB, em 2019, na Vila Betânia, município de Santo Antônio do Içá. Foto: Felipe Beltrame/Brigada Amazônia

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) é a maior organização indígena regional do Brasil e da Bacia Amazônica. Foi fundada em 19 de abril de 1989 com a missão de defender os direitos dos povos indígenas às suas terras, à saúde, à educação, à cultura e à sustentabilidade dos povos e das organizações indígenas da Amazônia brasileira, considerando sua diversidade e visando sua autonomia através de articulação, união e fortalecimento desses povos. A COIAB tem como lema, desde então, “unir para organizar, fortalecer para conquistar”.



O movimento indígena amazônico liderado pela COIAB abrange os nove estados amazônicos (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), onde estão articulados e mobilizados, aproximadamente, 440 mil indígenas em quase 170 diferentes povos que possuem características particulares e que estão em 403 terras indígenas (o equivalente a 110 milhões de hectares da Amazônia), além dos parentes que preferem evitar o contato com a sociedade nacional e optam por viver de forma autônoma na floresta. Esta rede política do movimento indígena na Amazônia Brasileira que a COIAB coordena está distribuída em 64 regiões de base, com mais de 200 organizações, entre associações locais, federações regionais, organizações de mulheres indígenas e jovens, de professores indígenas, de agentes ambientais e agroflorestais, e de alunos indígenas.

A COIAB é ainda vinculada à Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica – COICA, uma das maiores organizações indígenas do mundo e de representatividade internacional, e compõe também a base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, maior organização indígena do país. Essas organizações buscam, em conjunto com outras de diversas regiões, a unificação da luta pela articulação política e organização do movimento indígena, para garantia dos direitos e de políticas públicas para os povos indígenas.

Em sua estrutura política e de governança, a COIAB tem como instância máxima de deliberação a Assembleia Geral, que reúne a cada dois anos as lideranças indígenas representativas de suas 64 regiões na Amazônia para nortear os caminhos a serem seguidos pela organização, assim como avaliar os trabalhos, deliberar sobre a composição da Coordenação Executiva e dos seus conselhos fiscal e deliberativo. A Coordenação Executiva é composta por Coordenação Geral, Vice-Coordenação, Secretaria (primeira e segunda) e Tesouraria (primeira e segunda), funções desempenhadas por seis lideranças, que são eleitas e ficam responsáveis pela condução dos trabalhos da organização.



JUSTIFICATIVA



brigadistas indígenas da Terra Indígena Caru, no Maranhão (setembro 2020)

Os povos indígenas, através dos guardiões florestais e do Programa de Brigadas Florestais (PBRIF) do Prevfogo/Ibama, têm assumido o trabalho de monitoramento e combate aos incêndios florestais, o que resulta continuamente nos cuidados da Amazônia e dos demais biomas. Os guardiões florestais, presentes em TIs do Maranhão (Araribóia, Carú, Awá, Pindaré, Governador, Krikati), são indígenas que fiscalizam e protegem a terra contra invasores. O PBRIF forma e contrata as brigadas indígenas para atuarem em seus respectivos territórios e dar apoio nas terras indígenas subjacentes.

Ano passado, no período de ocorrência das maiores queimadas já registradas em territórios indígenas, o trabalho realizado pelos brigadistas e guardiões minimizou a devastação provocada pelo fogo. A atuação diuturna e incansável para combater os focos de incêndio foi fundamental para proteger os nossos territórios que sofre com o fogo ruim. Apesar desse importante papel que desenvolveram, as brigadas e grupos de guardiões, em sua grande maioria, atuaram no limite dos seus recursos humanos, psicológicos, materiais, operacionais e financeiros, o que, em alguns casos, os impediram de conter o avanço do fogo para o interior de seus territórios.



Terra Indígena Parque do Araguaia, no Tocantins, (setembro de 2020)

Outra questão nesse processo foi o aumento do número de queimadas criminosas e de outros ilícitos nas terras indígenas. Esse aumento da devastação pode ser atribuída ao atual cenário nacional, em que há uma incitação, por parte do governo de Jair Bolsonaro, a ataques aos direitos e territórios dos povos indígenas.

Além disso, as queimadas impactam no quadro clínico dos contagiados pela COVID-19 devido a queda da qualidade do ar ocasionada pelo aumento de particulados gerados durante as queimas. A fumaça pode provocar sintomas em pessoas já recuperadas e em processo de recuperação da doença.

Nesse contexto, é necessário o reforço às ações de combate aos incêndios onde há brigadas indígenas formadas e guardiões florestais atuando, bem como o fortalecimento do próprio movimento indígena para apoiar esses grupos numa estratégia preventiva de monitoramento, capacitação, governança e planejamento das ações a médio e longo prazo.

AÇÕES

As Ações estão divididas nos eixos Monitoramento e Comunicação; Capacitação, Governança; e Planejamento.

Monitoramento e Comunicação

O monitoramento se destina em fiscalizar os territórios, seja por terra ou por dados de satélites, para descobrir atividades ilícitas e estranhas em tempo hábil.

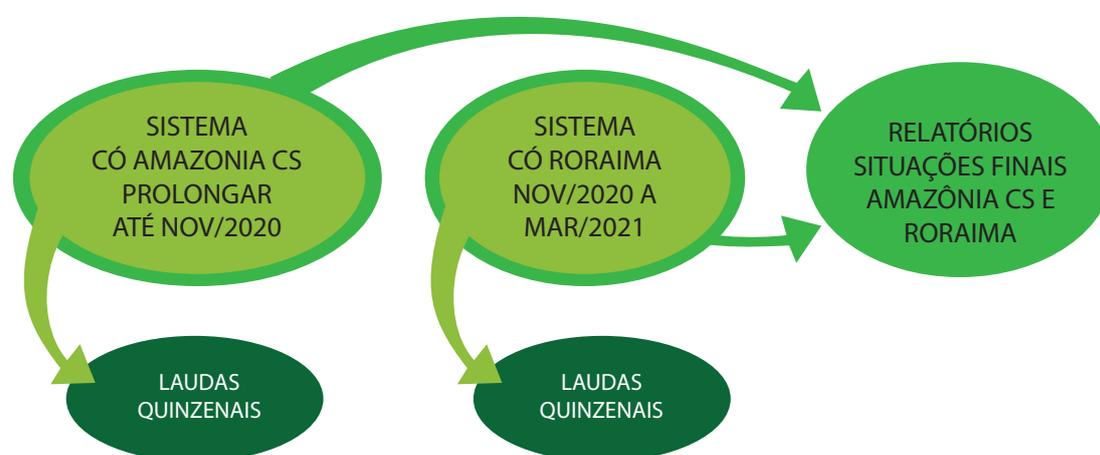


A COIAB organizou para 2020 o sistema de monitoramento de queimadas “Cô” (água na língua do povo Timbira, família linguística Jê), que disponibiliza mapas diários das terras com brigadas indígenas contratadas pelo Prevfogo/Ibama e com registro de presença de povo isolado da Amazônia centro-sul. Os mapas são acessados por um aplicativo baixado pelo celular e o monitoramento está previsto até outubro.

Assim, sugere-se as seguintes ações:

- Estender o sistema de monitoramento “Cô” até novembro de 2020 para as TIs da Amazônia Centro-Sul;
- Aplicar o monitoramento “Cô” para o período de estiagem das terras indígenas de Roraima (novembro de 2020 a março de 2021)

- Confecção de laudas quinzenais com *ranking* das terras indígenas mais afetadas do monitoramento e da Amazônia Brasileira;
- Divulgação das laudas quinzenais nas redes sociais da COIAB;
- Relatório final de 2020 sobre a situação na Amazônia, nas TIs do monitoramento e nas TIs da Amazônia Brasileira que não foram monitoradas, demonstrando as áreas mais afetadas pelo fogo, além dos *rankings*.



Capacitação

O conhecimento é a principal ferramenta para combater o preconceito, as atividades ilegais e defender os territórios tradicionais. A COIAB pretende habilitar os povos indígenas sobre o fogo nas seguintes modalidades: prevenção, equipamentos e monitoramento. Além disso, pretende falar dos tipos de queimadas, a partir da produção de uma Cartilha “Cô”, e auxiliar na formação de operadores de GPS e do app Avenza Maps, assim como instruir sobre os procedimentos em caso de deflagração de operação de combate aos incêndios florestais em meio a pandemia da COVID-19.



Para isto, serão realizadas oficinas virtuais:

- Que visem a disseminação e compreensão da Cartilha Côm;
- Formem operadores de GPS e Avenza Maps;
- Ensine o uso e armazenamento dos equipamentos de combate e prevenção ao fogo.
- Além das oficinas, serão elaborados vídeos-tutoriais para divulgação em todas as mídias da COIAB e entre os seguintes Grupos de trabalho sobre:
 - O fogo tradicional e a legislação brasileira quanto às práticas de queimadas em TIs;
 - Monitoramento com o Sistema Côm (app);
 - Ações em caso de queimadas descontroladas na TIs (acionar Ibama, Ministério Público, proteger aldeias etc);
 - Procedimentos para mitigar infecções pelo vírus Sars-CoV-2, que causa a COVID-19, em casa de adentramento de combatentes não indígenas nos territórios (protocolo de segurança e delimitação de áreas de acesso das brigadas e técnicos não indígenas em relação às aldeias).



Governança

A Governança reflete nas ações, preocupações e diálogos da COIAB com os nossos parentes, parceiros e instituições públicas para agir de forma efetiva e resolver dificuldades/problemas dos povos indígenas da Amazônia Brasileira. Neste eixo, a governança será entendida através de distribuição de insumos e articulação interinstitucional.

Os insumos é todo e qualquer tipo de material utilizado na prestação ou na produção de um serviço. Para combater e prevenir as queimadas, são necessários diversos tipos de insumos que vão desde materiais de escritório à alimentação. Sabendo da necessidade de fortalecer os nossos parentes combatentes, que inúmeras vezes estão distantes das suas aldeias, precisam estar fortalecidos com alimentação adequada, equipamentos para acampar nas proximidades das linhas de fogo e muitas das vezes usam o exímio recurso das associações para suprir a demanda administrativa e de apoio nas ações e atividades (como imprimir mapas).

Assim, a COIAB entende que para as TIs com as maiores taxas de queimadas é necessário:

- Apoiar com cestas básicas as brigadas indígenas;
- Apoiar com equipamentos de proteção individual para prevenir infecções da COVID-19 para os combatentes indígenas e para as aldeias mais próximas dos incidentes (álcool em gel, luvas e máscaras);
- Apoiar com barracas, panelas e outros utensílios de acampamento para as brigadas com as maiores taxas de detecção de queimadas em 2020 na Amazônia CS e nas TIs com brigadas indígenas em Roraima (em especial, a TI Yanomami, que tem registro de presença de povos em isolamento voluntário);

- Equipar com materiais de escritórios (impressora, notebooks, resmas, toners, canetas, pranchetas, lápis etc) as associações com brigadas indígenas contratadas;
- Apoiar no deslocamento das áreas para a finalidade de prevenção às queimadas com o manejo cultural do fogo a partir da compra de quadriciclos para TIs em Roraima;
- Fomentar as associações com brigadistas indígenas formados com GPS;
- Articulação com as esferas do governo e com as organizações da sociedade civil.

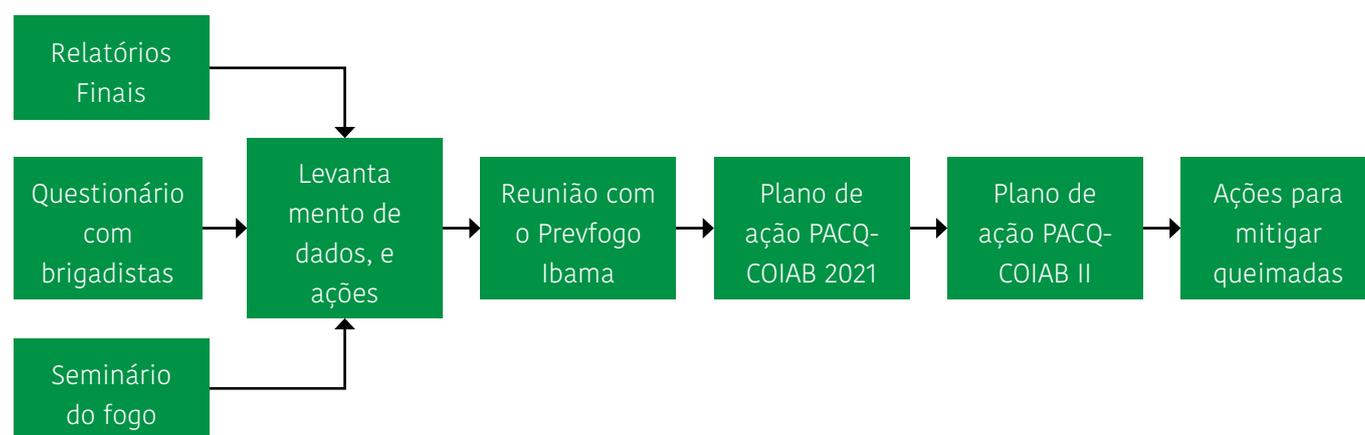
Planejamento das Ações para 2021/2022

Cada ano é um desafio diferente em relação às queimadas, mas uma coisa não muda: a cada ano que passa, mais e mais terras são devastadas pelas chamas descontroladas que nada tem relação ao manejo cultural e ecológico de nossos parentes. Os conflitos e problemas que se sobrepõem ao fogo ilegal são inúmeros, como o do presente ano: uma pandemia de uma doença nova e ainda completamente misteriosa que está levando nossos anciões que guardam nossas línguas e culturas.

Mesmo assim, a COIAB não quer deixar nenhum povo indígena da Amazônia brasileira para trás e sabe que não será diferente nos próximos anos na Amazônia. Diante de tanta luta, o planejamento coerente é necessário, compreendendo a falta de efetividade das ações do Estado, diagnóstico de fogo em nossas florestas, as terras já afligidas pelos incêndios (e esquecidas pelo Governo Federal), e como podemos cooperar tecnicamente e politicamente para fortalecer, consolidar e aumentar as brigadas indígenas existentes junto ao Prevfogo/Ibama.

Neste sentido, a COIAB, a partir dos relatórios finais de situação consolidados (descritos no Eixo Monitoramento) pretende:

- Realizar seminários (preferencialmente não presenciais) sobre os resultados obtidos das queimadas em 2020 nas TIs monitoradas pelo sistema CÔ e nas TIs em geral da Amazônia brasileira;
- Levantar demandas junto aos gerentes das brigadas indígenas em relação ao executado e não realizado em 2020 pelo Prevfogo/Ibama;
- Definir cronogramas de atividades e ações para a Amazônia cs e Roraima.
- Aplicar questionários junto às bases da COIAB;
- Elaborar PACQ-COIAB 2021 a 2025;
- Elaborar PACQ-COIAB 2021/2022;
- Apresentar ao Prevfogo/Ibama diagnósticos e resultados do seminário para situar problemáticas/demandas para cooperação técnica nas ações de 2021/2022.



DESAFIOS



Brigadista indígena da Terra Indígena Caru, no Maranhão (setembro de 2020)

São inúmeros os desafios que compreendem este Plano, sendo os maiores deles a epidemia da COVID-19 e o atual governo do Brasil. Estamos “remando” contra o fluxo das ações políticas para sobreviver ao caos ambiental, sanitário e humano. Para contemplar todas estas ações, é preciso que haja o respeito ao distanciamento social, alianças fortalecedoras e apoio tecnológico (internet de boa qualidade), que na realidade dos povos indígenas brasileiros, ainda é raro.

A COIAB também terá a tarefa de que detectar as áreas prioritárias de ação, ante- vendo as terras que já tem apoio do Estado (mesmo que precário) e as terras que estão sofrendo com as queimadas, mas estão esquecidas nessas ações. Por último, a COIAB deverá manter o fluxo de informações das ações entre todos os parceiros e povos com a intenção de demonstrar que a coexistência pacífica entre homem e floresta sempre existiu entre os povos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, A. A. et al. Landscape fragmentation, severe drought, and the new Amazon forest fire regime. *Ecological applications*, v. 25, n. 6, p. 1493-1505, 2015.

ARAGÃO, L. et al. Interactions between rainfall, deforestation and fires during recent years in the Brazilian Amazonia. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 363, n. 1498, p. 1779-1785, 2008.

DALDEGAN, G et al. Spatial patterns of fire recurrence using remote sensing and GIS in the Brazilian savanna: Serra do Tombador Nature Reserve, Brazil. *Remote Sensing*, v. 6, n. 10, p. 9873-9894, 2014.

DURIGAN, G.; RATTER, J. A. The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation. *Journal of Applied Ecology*, v. 53, n. 1, p. 11-15, 2016.

G1. 2020. Queimadas aumentam 25% das internações de idosos indígenas em 2019; estudo prevê cenário preocupante junto à Covid. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2020/08/25/queimadas-aumentam-25percent-das-internacoes-de-idosos-indigenas-em-2019-estudo-preve-cenario-preocupante-junto-a-covid.ghtml>> Acesso em: 13 Set. 2020.

JORNAL O TEMPO. 2020. Bolsonaro: Amazônia não pega fogo porque 'é úmida' e 'índio provoca incêndio'. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/bolsonaro-amazonia-nao-pegas-fogo-porque-e-umida-e-indio-provoca-incendio-1.2360934>> Acesso em: 10 Aug. 2020.

MARLON, J R. et al. Climate and human influences on global biomass burning over the past two millennia. *Nature Geoscience*, v. 1, n. 10, p. 697, 2008.



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR

.....
EQUIPE INSTITUCIONAL

Equipe responsável pela elaboração do plano

Francinara Soares Martins

Coordenadora Geral

Mario Nicácio

Vice Coordenador Geral

Angela Amanakwa Kaxuyana

Coordenadora Tesoureira

Maria Cordeiro da Silva

Gerente de Projetos

Kleber Luiz Santos dos Santos

Assessor de Projetos

Valéria Paye Pereira

Assessora Política

Ananda Santa Rosa

Consultora

Maria Emília Coelho

Assessora de Comunicação

Fabrcio Amorim

Consultor

COORDENAÇÃO

EXECUTIVA

Francinara Soares

Martins

Coordenadora Geral

Mario Nicácio

Vice Coordenador Geral

Angela Amanakwa

Kaxuyana

Coordenadora

Tesoureira

Nilcelio Ramos

Rodrigues

Coordenador Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA

Claudia Soares

Martins

Coordenadora

Executiva na APIB

Sônia Bone de Souza

Silva Santos

Coordenador de

Territórios e Recursos

Naturais da COICA

Elcio Severino da

Silva Manchineri

GERÊNCIA DE PROJETOS

Maria Cordeiro da

Silva

Gerente

Kleber Luiz Santos

dos Santos

Assessor de Projetos

Mateus Teixeira

Técnico de Projetos

ASSESSORIA DE

COMUNICAÇÃO

Maria Emília Coelho

Assessora

Talita da Silva Oliveira

Consultora

Erick Mark Terena

Consultor

GERÊNCIA FINANCEIRA

Ana Alice de Souza

Moraes

Gerente

Sandro de Oliveira

Soares

Técnico Financeiro

Kelry Key

Técnica Financeira

LOGÍSTICA

Hildemberg de

Holanda Bessa

GERÊNCIA de ISOLADOS

E RECENTE CONTATO

Victor Alcântara e

Silva

Gerente

Fabrcio Amorim

Consultor

ASSESSORIA POLÍTICA

Valéria Paye Pereira

ASSESSORIA JURÍDICA

Luiz Henrique Eloy

Amado

EQUIPE APOIO TÉCNICO

Nayra Paye Pereira

Kaxuyana

Consultor

Avanilson Karajá

Consultor

.....
Av. Ayrão, 235 – Presidente Vargas – CEP 69.025-290 – Manaus – Amazonas – Brasil

Fone: (92) 3184-4448 • CNPJ: 63.692.479/0001-94 • Site: www.coiab.com.br

E-mail's: secretaria@coiab.org.br ; financeiro@coiab.org.br ; projetos@coiab.org.br ;

coordenacao@coiab.org.br ; coiab_coica@coiab.org.br